



**PROJETO DE LEI Nº 070-13, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.**

*Altera a Lei Municipal nº 3.107, de 11 de maio de 2006, que reestrutura o Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores – FAPS, do município de Itaqui.*

Art. 1º A redação do Art. 17, da Lei Municipal nº 3.107/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 17. As contribuições previdenciárias previstas no artigo 14, bem como aquelas devidas nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 6º, deverão ser recolhidas até o décimo dia útil do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem.*

Art. 2º Ficam criados os §§ 14º e 15º, ao Artigo 20, da Lei Municipal nº 3.107, de 11 de maio de 2006, com a seguinte redação:

*Art. 20. ...*

*...*

*§ 14º Aos Conselheiros e aos membros do Comitê de Investimentos, ao se deslocarem eventual ou transitoriamente do Município, no desempenho de suas atribuições, cursos ou em missão de estudo de interesse do FAPS, serão concedidas, além do transporte, diárias para cobrir despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana, nos termos e condições estabelecidos no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Itaqui.*

*§ 15º O valor da diária para os Conselheiros e para os membros do Comitê de Investimentos do FAPS será equivalente ao valor da diária paga aos servidores enquadrados no Padrão 9, do Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Município de Itaqui.*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO, EM 25 DE OUTUBRO DE 2013.**

**Gil Marques Filho**  
Prefeito



**PROJETO DE LEI Nº 070-13, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos encaminhando a V.Sras., para apreciação, o anexo projeto de lei, buscando autorização legislativa a fim de normatizar a alteração da redação do limite para repasse de contribuições, e a criação de parágrafos prevendo o pagamento dos valores de diárias aos Conselheiros do FAPS.

O Conselho de Administração do FAPS em reunião do dia 24 de outubro de 2013, através da Ata nº 156/2013 (acostada), deliberou sobre as alterações presentes neste projeto.

A alteração da data limite para repasse das contribuições devidas ao FAPS (Art. 17), para o décimo dia do mês subsequente, deve-se a melhor adequação ao fluxo financeiro do Município, evitando-se o acúmulo de obrigações em um curto período, visto que a folha de pagamento dos servidores é paga no quinto dia útil do mês seguinte.

A criação dos parágrafos 14 e 15, deve-se ao erro material ocorrido quando da alteração trazida pela Lei Municipal nº 3.903/2012, que alterou a redação dos parágrafos 10 e 11 da Lei Municipal nº 3.170/2006, onde havia a determinação do pagamento de diárias, e com a referida alteração restou excluída a previsão.

Estas são as razões que justificam o presente projeto.

**GABINETE DO PREFEITO, EM 25 DE OUTUBRO DE 2013.**

**Gil Marques Filho**  
Prefeito